

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O PIBID.

Francisca Clara de Paula Oliveira¹
francisca.clara@urca.br
Isabelle de Luna Alencar Noronha²
isabelledeluna@hotmail.com
Eveline Bertino Algebaile³
ealgebaile@gmail.com

Eixo 2 - As políticas de luta e/ou prevenção em torno das novas problemáticas educacionais

Este texto abordará o tema do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), enquanto política pública instituída no Brasil a partir de 2007, durante o segundo mandato governamental do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2006-2010), e em vigência até o presente momento. O objetivo é trazer elementos que ajudem a pensar o PIBID como uma possível e concreta ação que pode elevar a qualidade da educação básica, tendo como fio condutor a qualificação e a valorização docente. Apresentamos a experiência do PIBID para defender a tese de que as políticas públicas educacionais devem se constituir como políticas de valorização do professor e da escola pública, que são um dos fundamentos para a construção de uma sociedade justa e efetivamente democrática. Para o desenvolvimento deste texto, foram realizadas pesquisas documental e bibliográfica. Na pesquisa documental analisamos a legislação e relatórios técnicos dentre outros documentos divulgados por institutos governamentais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 1997) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013, 2014) pertinentes à questão posta. Na pesquisa bibliográfica, inclui-se uma revisão da literatura vinculada à Rede Latino Americana de Trabalho Docente – Redestrado, bem como produções de autores como Tardif e Lessard (2013), Gatti (2009) e Brzenzinski (1983). O PIBID, criado inicialmente por meio de Portaria, implantado gradualmente por meio de Editais e consolidado como programa permanente por meio de Decreto Federal nº 7.219/2010, é parte da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, criada também por Decreto Federal nº 6.755/2009 e implantada a partir desse mesmo ano. Essa política nacional aglutina vários outros programas/planos, tais como: Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores-LIFE, Observatório da Educação-OBEDUC e o PIBID. De acordo com a Diretoria da Educação Básica (DEB), órgão interno da CAPES responsável pela coordenação dessas ações e programas, estes “mantêm um eixo comum que é a formação de qualidade, em um processo intencional, articulado e capaz de se retroalimentar, gerando um movimento progressivo de aperfeiçoamento da formação docente”. (DEB/CAPES, 2013). Segundo a perspectiva adotada neste trabalho, o PIBID pode ser compreendido como resultado da mobilização da sociedade liderada pelo movimento docente, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/96), para criar no país políticas educacionais de

¹ Professora associada da Universidade Regional do Cariri-URCA- Ceará-Brasil.

² Professora adjunta da Universidade Regional do Cariri-URCA- Ceará-Brasil.

³ Professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ – Rio de Janeiro-Brasil

valorização do magistério e da escola pública. Porém, a análise dos termos de sua elaboração e das formas efetivas de sua realização revela aspectos relevantes do quadro de condições e escolhas institucionais no qual a política em análise tem definidas sua estrutura, forma, funções, alcances e contradições. Segundo o Decreto que dispõe sobre o PIBID, o programa tem como objetivos: “I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; II - contribuir para a valorização do magistério III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como cofomadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.” O PIBID funciona por meio de pagamentos de bolsas a todos os agentes que participam da condução do programa, ou seja, professores universitários que assumem as funções de coordenadores de área e de gestão institucional, professores da escola básica que atuam como supervisores e estudantes das licenciaturas que são os bolsistas de Iniciação à Docência. É um programa focado na educação pública, pois somente Instituições de Ensino Superior (IES), escolas públicas e instituições comunitárias e filantrópicas sem fins lucrativos podem participar do projeto. Os números do PIBID são expressivos. Em 2012, 4.160 escolas públicas já estavam cadastradas como parceiras e sendo atendidas pelo PIBID. Em 2014, 70.845 mil estudantes dos cursos de licenciatura matriculados nas 284 IES participantes do programa foram contemplados com bolsas.. Outro dado importante é a presença do programa em todas as regiões brasileiras. Nesse aspecto, chama atenção a região Nordeste, contemplada com 22% do total de bolsas. Segundo levantamento realizado pela DEB/CAPEF (2013), 93% dos coordenadores responderam que o PIBID estava tendo impacto positivo nas escolas participantes. Esses impactos teriam ocorrido de forma significativa, entre outros aspectos, em uma maior articulação entre teoria e prática na formação dos licenciandos e no aumento do envolvimento dos docentes dos cursos de licenciatura com a escola básica. Neste sentido, o PIBID parece se desenvolver como uma ação com potência contra hegemônica no âmbito das políticas públicas brasileiras, constituindo-se, por conseguinte, como uma ação que nos anima a pensar na emergência e consolidação de referências políticas e epistemológicas de caráter crítico e democrático para a formação docente. Essa potência se explicita, especialmente, em aspectos como a atenção conferida à escuta do professor como referência fundamental para o trabalho com a escola básica, o destaque atribuído à escola como espaço de produção coletiva de parte fundamental dos processos de formação discente e docente, e as próprias oportunidades criadas de elaboração coletiva do trabalho docente e do processo formativo escolar, envolvendo professores, pesquisadores e alunos dos diferentes níveis e etapas de ensino. Portanto, consideramos que o PIBID pode ser entendido como parte de uma política mobilizadora que busca romper, no campo da educação, com aquilo que Anísio Teixeira denominou de “dupla personalidade” do Estado brasileiro.